



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
COORDENAÇÃO DO CST EM GESTÃO PÚBLICA**

HELLEN ARAUJO AMARAL

**INFLUÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS COM EDUCAÇÃO E
INFRAESTRUTURA NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE GUARÁ-
TO, NO PERÍODO DE 2007 A 2017**

**PALMAS
2018**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
COORDENAÇÃO DO CST EM GESTÃO PÚBLICA**

HELLEN ARAUJO AMARAL

**INFLUÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS COM EDUCAÇÃO E
INFRAESTRUTURA NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE GUARAÍ-
TO, NO PERÍODO DE 2007 A 2017**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do CST em Gestão Pública como exigência à obtenção do grau de Tecnólogo Superior em Gestão Pública, do Instituto Federal do Tocantins - Campus Palmas.

Orientador: Profº. Me. Joseane Ribeiro
de Menezes Granja Júnior

PALMAS
2018

Amaral, Hellen Araujo.

Influência dos gastos públicos com Educação e Infraestrutura no desenvolvimento do município de Guaraí-TO, nos anos de 2007 a 2017 / Hellen Araujo Amaral – Palmas, 2018. 35 f.

Monografia (Tecnologia em Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – *Campus* Palmas, 2018.

Orientador: Prof. Me. Joseane Ribeiro de Menezes Granja Júnior

1. Gasto. 2. Educação. 3. Infraestrutura

HELLEN ARAUJO AMARAL

**INFLUÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS COM EDUCAÇÃO E INFRAESTRUTURA
NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE GUARÁ-TO, NOS ANOS DE 2007
A 2017.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Banca Examinadora do
CST em Gestão Pública como exigência à
obtenção do grau de Tecnólogo Superior
em Gestão Pública, do Instituto Federal
do Tocantins - Campus Palmas.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profº. Me. Joseane Ribeiro de Menezes Granja Júnior (Orientador)
IFTO – *Campus* Palmas

Profª. Me. Ana Carolina Nogueira Falcão
IFTO – *Campus* Palmas

Profº. Me. Leonardo Brasil Carvalho
IFTO – *Campus* Palmas

À Deus, que foi um grande guia na minha trajetória. À minha mãe e minha avó que vem me ensinando à ter calma e acreditar que tudo dará certo, sempre me motivando e acreditando nos meus sonhos, não importa o tamanho deles. Aos meus familiares, por estarem presentes quando preciso e entender, muitas vezes, meus momentos de reclusão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, por me capacitar e colocar pessoas tão importantes em meu caminho.

Não poderia deixar de expressar minha eterna gratidão aos meus professores que se dedicaram a ensinar e compartilhar todo o seu conhecimento com tamanha competência.

De maneira especial, agradeço ao professor Granja, pela paciência e empenho que fez toda a diferença na orientação do meu projeto.

Sou grata aos meus colegas de sala de aula por toda a “troca” que tivemos durante esses quase três anos.

Por fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram na minha trajetória acadêmica.

“Nós somos o que fazemos
repetidamente, a excelência não é um
feito, e sim, um hábito.” (Aristóteles)

RESUMO

INFLUÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS COM EDUCAÇÃO E INFRAESTRUTURA NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE GUARÁI-TO, NOS ANOS DE 2007 A 2017.

O objetivo desta pesquisa foi analisar os gastos públicos com educação e infraestrutura no município de Guarái-TO, no período de 2007 a 2017, a fim de verificar se o dinheiro gasto nessas áreas, influenciaram no desenvolvimento do município. Durante a pesquisa, foram extraídos do site SICONFI, quanto foi gasto com educação e infraestrutura, em seguida, foram extraídas do site da FIRJAN, as notas do IFDM. Posteriormente, foi comparado o valor gasto em cada área com as notas obtidas anualmente. Para a construção deste estudo, foram realizadas as pesquisas bibliográfica, exploratória, descritiva e explicativa, com objetivo de analisar, caracterizar e explicar a relação entre gasto público e desenvolvimento municipal. Com essa pesquisa, foi possível concluir que quando o gasto público aumenta, os índices Firjan de desenvolvimento também aumentam, possibilitando a investigação de, possível má gestão financeira.

Palavras-chave:Gasto. Educação. Infraestrutura

ABSTRACT

The objective of this research was to analyze the public spending on education and infrastructure in the municipality of Guaraí-TO, from 2007 to 2017, in order to verify if the money spent in these areas, influenced the development of the municipality. During the survey, the SICONFI website was extracted, how much was spent on education and infrastructure, then the IFDM notes were extracted from FIRJAN's website. Subsequently, the amount spent in each area was compared with the scores obtained annually. For the construction of this study, the bibliographical, exploratory, descriptive and explanatory research was carried out, aiming to analyze, characterize and explain the relationship between public expenditure and municipal development. With this research, it was possible to conclude that when public expenditure increases, the Firjan indices of development also increase, allowing the investigation of possible financial mismanagement

keywords: Spent.Education.Infrastructure.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Despesas liquidadas/pagas por ano no município de Guaraí-TO.....	25
Gráfico 2 - IFDM Geral do município de Guaraí-TO.....	26
Gráfico 3 - IFDM Educação do município de Guaraí-TO.....	28
Gráfico 4 - IFDM Emprego e Renda de Guaraí-TO.....	29

LISTA DE SIGLAS

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

LOA – Lei Orçamentária Anual

PPA – Plano Plurianual

PIB – Produto Interno Bruto

SICONFI - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

TO - Tocantins

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 Desenvolvimento Econômico X Crescimento Econômico	16
2.2 Eficiência.....	17
2.3 Recursos Públicos.....	19
2.4 Educação	20
2.5 Infraestrutura	20
3PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	22
4ANÁLISE DOS DADOS	25
4.1 Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM.	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
6REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

Muito se discute sobre o desenvolvimento municipal, este pode ser decorrente de um planejamento estratégico ou até mesmo através de fatores não calculados. Guaraí teve seu início impulsionado pela construção da BR-153, rodovia federal que veio passar por grande extensão da Fazenda Guará (logo a fazenda se tornou um povoado que posteriormente resultou no município de Guaraí-TO. O mesmo está localizado a 200 quilômetros da capital do Tocantins, Palmas segundo o último censo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2010, o município conta com 23.200 habitantes. O município de Guaraí apresenta características próprias de desenvolvimento que serão elencadas no decorrer desse trabalho.

A educação tem sua contribuição para o desenvolvimento municipal. Segundo PEREIRA(2014), As escolas são unidades administrativas que podem pertencer às estruturas diferenciadas, de acordo com a forma de governo ao qual estão veiculadas. É importante que o próprio gestor realize a gestão financeira numa atitude consciente e comprometida com a realidade escolar e, à percepção como uma de suas competências. Para isso, deve seguir as etapas fundamentais da gestão financeira que são: Planejamento, execução e prestação de contas.

Com base no que foi exposto anteriormente, sobre a fundamental importância do apoio financeiro na gestão educacional, acredita-se que só formando indivíduos reflexivos, críticos e instruídos, é possível alcançar os resultados almejados pelos gestores. Tornando então, necessária a capacitação dos professores, assegurando assim, a educação como prioridade para a formação humana intelectual, científica, civil e pedagógica. Portanto, os recursos financeiros devem ser distribuídos com sensatez para que seja possível obter êxito no avanço municipal, se alargando para a esfera estadual e até mesmo federal.

Não menos importante, entende-se que a infraestrutura também é um fator determinante para o desenvolvimento de forma assertiva de municípios. Basta olhar para os países desenvolvidos, neles há uma boa estruturação socioespacial, assim atrai investidores, consequentemente há geração de emprego, e gera qualidade de vida à população. Segundo Padula (2010, p. 139) os serviços de infraestrutura geram grandes externalidades, que interligam inúmeras atividades

econômicas e regiões. Assim, o desenvolvimento é facilitado/viabilizado pela infraestrutura, podendo representar uma de suas pré condições.

É notório que tanto a educação, quanto a infraestrutura impactam positivamente o desenvolvimento municipal. São fatores “chamativos”, bem como, atrativos para investidores e cidadãos que buscam melhoria de vida. Os recursos destinados a estas áreas são muitas vezes insuficientes, gerando assim várias emendas apresentadas pelos vereadores. Desta forma, exige-se um bom alinhamento estratégico para torná-los efetivos. Ambas necessitam de um olhar técnico, com que unam as necessidades da região aos recursos disponíveis.

Dessa forma, o problema da pesquisa analisado foi no sentido de responder ao seguinte questionamento: Como tem sido gasto o dinheiro público nas áreas de educação e infraestrutura no município de Guaraí-TO no período de 2007 a 2017 e qual a sua influência no desenvolvimento do município em questão?

Esse trabalho foi elaborado, tendo como ponto de partida o objetivo geral de Analisar os gastos públicos com Educação e Infraestrutura, a fim de detectar se estes gastos têm sido relevantes para o desenvolvimento do município de Guaraí-TO, no período de 2007 a 2017, seguido de três objetivos específicos: Caracterizar a relação entre gastos públicos e desenvolvimento municipal, identificar qual foi o gasto público no município de Guaraí-TO com educação e infraestrutura nos anos 2007 a 2017 e explicar o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) a fim de compreender de que maneira os gastos públicos influenciaram no desenvolvimento do município de Guaraí-TO.

É sabido que o orçamento público deve estar em total consonância com as necessidades locais, ou seja, quando o mesmo é aplicado da forma devida, os resultados são evidentes. Partindo deste pressuposto, e visto a imensa falta de transparência e interesse da população para com a “res pública”, no decorrer desse trabalho, será abordado como o dinheiro público tem sido investido nas áreas da Educação e infraestrutura no município de Guaraí-TO, bem como, como isto influencia no desenvolvimento do município.

Quando é demonstrado, com clareza, à população como estão sendo executados os gastos, torna-se mais viável a exigência por melhorias por parte dos cidadãos. Aqui será apresentado o orçamento do município de Guaraí-TO no período de 10 anos, posteriormente, será feita uma análise sucinta de modo a relacionar as despesas com o índice Firjan de desenvolvimento municipal.

É certo que a despesa orçamentária depende de autorização legislativa, então só pode ocorrer depois de sua aprovação, sendo que deve responder à sociedade o que será adquirido e qual o impacto econômico resultante do gasto público, contudo que haja receita. Destarte, enquanto houver gastos para a melhoria, possivelmente atrairá pessoas para o município de Guaraí, favorecerá a sua economia, e possivelmente promoverá um grande desenvolvimento, de forma que estará beneficiando a população como todo.

O site do Sistema Firjan foi uma base de dados fundamental para a pesquisa, pois dele foram extraídas informações precisas para se alcançar o objetivo da mesma, como o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) para acompanhar o desenvolvimento em várias esferas: econômica, social e desenvolvimento humano dos municípios do Brasil. Também foram executadas pesquisas na Lei Orçamentária Anual, Plano Plurianual (PPA), site SICONFI, e livros para a melhor compreensão do conteúdo e êxito nos resultados. Cabe ressaltar que as pessoas envolvidas em empresas, na busca por sucesso, se sentirão confiantes em investir em um local que há grande desenvolvimento, constatada então a relevância da pesquisa.

No site da Firjan, até o momento da pesquisa, não estavam disponíveis os valores dos índices de desenvolvimento do ano de 2017, porém, é possível ter noção de como será o próximo ano, de acordo à ascendência dos gráficos.

Por meio da análise dos gastos, foi possível observar onde o gasto impactou no IFDM. No site do Siconfi, a infraestrutura está representada como “urbanismo”, já no site da Firjan, foram analisadas as notas da educação, enquanto que a infraestrutura foi caracterizada como emprego e renda.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este item discorrerá sobre as teorias que tratam de desenvolvimento municipal, no que se refere aos gastos públicos.

2.1 Desenvolvimento Econômico X Crescimento Econômico

Embora semelhantes e complementares, os conceitos dos termos desenvolvimento econômico e crescimento econômico se divergem.

Segundo AMORIM (2007), O conceito de “crescimento econômico” está diretamente relacionado ao aumento das riquezas de um estado ou país, estes, são medidos pelo crescimento de seu PIB, enquanto que o “desenvolvimento econômico” está ligado à melhoria do bem estar da população, estado ou país, medido a partir da evolução de indicadores sociais, tais como os indicadores de educação, saúde, renda, pobreza, entre outros.

Pode-se afirmar que vários fatores levam ao desenvolvimento municipal e consequentemente ao desenvolvimento econômico:

O desenvolvimento de um pequeno município é determinado, em grande medida, pelas características socioeconômicas do seu entorno. Dito de outra forma: a realidade socioeconômica de um município é, em parte, reflexo do que acontece na microrregião. Os sistemas e relações de produção predominantes, as condições e meios de transporte, o acesso a mercados, a disponibilidade de infra-estrutura social básica, entre outros, condicionam e, até mesmo, determinam as possibilidades de desenvolvimento local (DENARD et al, 2000, p. 04).

No decorrer da história, vários economistas defenderam suas ideias no que tange ao crescimento e ao desenvolvimento econômico, estabelecendo-se modelos de crescimento rumo ao desenvolvimento. Dentre eles, destacam-se o modelo de Sen e o modelo de Sachs.

Amartya Kumar Sen (1933) desenvolveu um modelo de crescimento que posteriormente trouxe um novo conceito de desenvolvimento para uma determinada nação, pois esses processos (de crescimento e desenvolvimento econômico), segundo o autor, são complementares.

Segundo ele:

O desenvolvimento pode ser encarado como um processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza. A tônica nas liberdades humanas contrasta com perspectivas mais restritas de desenvolvimento, que o identificam com o crescimento do produto nacional bruto, com o aumento das receitas pessoais, com a industrialização, com o progresso tecnológico, ou com a modernização social. Considerar o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas orienta as ações para os fins que tornam o desenvolvimento algo importante, mais do que para os meios que desempenham papéis de relevo. (SEN, 2000, p. 6).

Seu modelo constitui-se em destacar a importância da liberdade, e afirma que esta é a base para o desenvolvimento de uma nação. Sen destaca como “privação de liberdade”: “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”.(SEN, 2000, p. 18). Desta forma, percebe-se que, na visão de Sen, a liberdade vai além da assistência às necessidades básicas do indivíduo, como direito a saúde, educação, moradia, dignidade, segurança, etc.

Ignacy Sachs (1927) desenvolveu seu modelo de crescimento econômico pautado na sustentabilidade social e ambiental. Sachs defende que os aspectos do desenvolvimento econômico devem ser estruturados em fatores sociais, ambientais, territorial, econômico e político:

Igualdade, equidade e solidariedade estão, por assim dizer, embutidas no conceito de desenvolvimento, com consequências de longo alcance para que o pensamento econômico sobre o desenvolvimento se diferencie do economicismo redutor. Em vez de maximizar o crescimento do PIB, o objetivo maior se torna promover a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições, de forma a reduzir a pobreza, fenômeno vergonhoso, porquanto desnecessário, no nosso mundo de abundância. (...) O conceito de desenvolvimento sustentável acrescenta outra dimensão – a sustentabilidade ambiental – à dimensão da sustentabilidade social (SACHS, 2004 p. 14 e 15).

Tais teorias contribuíram positivamente para a economia quanto ao crescimento e desenvolvimento econômico, porém estes modelos devem ser aplicados de acordo às necessidades e à realidade de cada local.

2.2 Eficiência

Sabe-se que a eficiência é de grande importância na gestão pública, impacta diretamente a sociedade, e como consequência, contribui para o desenvolvimento social.

O conceito de eficiência pode ser compreendido por meio das condições de operacionalização de um sistema, ou seja, ser eficiente é utilizar da melhor forma as entradas para maximizar as saídas, considerando-se a tecnologia disponível (FERREIRA, 2005 apud COSTA, 2011, p. 63).

Um meio de mensurar a eficiência, segundo RIBEIRO (2006), é possuir um referencial, podendo ser de uma meta definida ou o melhor desempenho que se conhece. Desta maneira, o gestor poderá aperfeiçoar o serviço público de modo a ampliar seus conhecimentos para melhor beneficiar a população.

A eficiência pode ser técnica ou econômica (alocativa), em que a primeira reflete a habilidade da firma em utilizar a menor quantidade de insumos mantendo constante o nível de produção dos demais processos; e a segunda, eficiência econômica, onde a primeira reflete a habilidade da firma em manter o mesmo nível de produção que as demais com o menor custo possível. A soma dessas duas medidas de eficiência constitui a eficiência econômica total. (FERREIRA E GOMES, 2009, apud COSTA, 2011, p. 63).

Hely Lopes Meirelles afirma que todo agente público deve buscar desempenhar a máxima eficiência nas atividades prestadas para obter melhores resultados no atendimento às necessidades da população (MEIRELLES, 1996, p. 21).

Assim, por Meirelles:

Dever de eficiência é o que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros (MEIRELLES, 1996, p. 21).

Segundo Moraes (2004), o princípio da eficiência na administração pública é:

O que impõe à administração pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitarem-se desperdícios e garantir-se maior responsabilidade social (MORAES, 2004, p.18).

2.3 Recursos Públicos

Os recursos públicos, quando gastos de forma racional, geram qualidade de vida para a população. Sua adequada utilização é dever da gestão pública municipal, afim de promover o desenvolvimento local. A disposição dos recursos públicos estão sob domínio do poder público. Martins (2005, p. 2) afirma que "são insumos (*inputs*) à geração de produtos (*outputs*) da ação governamental, que por sua vez gerarão impactos (*outcomes*) numa determinada situação".

Ao analisar a alocação dos gastos públicos, foi constatado que há concentração deles nas chamadas áreas sociais, as quais englobam educação, saneamento básico, saúde preventiva, habitação, segurança pública, assistência social, entre outros. (MARTINS e LUQUE, 1999, apud COSTA, 2011, p. 4)

Sobre as finanças públicas, segundo Matias-Pereira (2010):

[...] são disciplinadas, em especial, pela Constituição Federal, pela Lei nº 4.320/64 e pela Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Esses normativos definem as linhas de atuação dos governos federal, estadual, distrital e municipal, principalmente quanto ao planejamento das receitas e despesas públicas que constituem o orçamento público. MATIAS-PEREIRA, 2010, p. 121.

Anteriormente discorrido sobre recursos públicos e reforçando o conceito de eficiência, Conto et al (2008, p. 3), ressaltam:

Cabe lembrar que a prestação de serviço deve ocorrer de forma planejada, com qualidade e eficiência, em outras palavras, os recursos públicos, sejam eles, humanos, financeiros ou físicos, devem ser administrados visando bons resultados e o menor custo. CONTO ET AL, 2008, p.3.

A Lei do Orçamento, em seu artigo segundo, estabelecerá discriminação da receita e despesa de forma que evidencie a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecendo então os princípios de unidade, universalidade e anualidade. (BRASIL, 1964)

Sobre a importância do PPA, Matias-Pereira (2010, p. 297) afirma que:

Nos três níveis de governo, foi reforçada como um instrumento de planejamento estratégico das ações governamentais. Por ser o documento de planejamento de médio prazo – que contempla um período de quatro anos –, 21 dele derivam as Leis de Diretrizes Orçamentárias e as Leis de Orçamentos Anuais.

2.4 Educação

Destacando a valorização da educação, com viés aos professores, a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da apreciação do magistério, onde em seus artigos são expressos parâmetros legais de como deve ocorrer o sistema de ensino. Reforçando a sua importância, em seu artigo 12º disciplina in verbis:

O Ministério da Educação e do Desporto realizará avaliações periódicas dos resultados da aplicação desta Lei, com vistas à adoção de medidas operacionais e de natureza político-educacional corretivas, devendo a primeira realizar-se dois anos após sua promulgação. (BRASIL, 1996).

Segundo Gonçalves e Raposo (2009), a educação é um dos elementos fundamentais que constitui e gera o desenvolvimento socioeconômico dos países e regiões. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Silva et al. (2009) mencionam que literaturas recentes sobre desenvolvimento apontam a importância da educação para o processo de desenvolvimento no longo prazo (GONÇALVES e RAPOSO, 2009, apud COSTA, 2011 p. 13).

Sobre a importância da educação, GimenoSacristán (2001, p. 21) afirma:

A educação contribuiu consideravelmente para fundamentar e para manter a ideia de progresso como processo de marcha ascendente na História; assim, ajudou a sustentar a esperança em alguns indivíduos, em uma sociedade, em um mundo e em um porvir melhores. A fé na educação nutre-se da crença de que esta possa melhorar a qualidade de vida, a racionalidade, o desenvolvimento da sensibilidade, a compreensão entre os seres humanos, o decréscimo da agressividade, o desenvolvimento econômico, ou o domínio da fatalidade e da natureza hostil pelo progresso das ciências e da tecnologia propagadas e incrementadas pela educação. GIMENO SACRISTÁN, 2001, p.21.

2.5 Infraestrutura

Os gastos públicos em infraestrutura estão entre os principais fatores explicativos da localização da indústria nos anos 1970 e 1980, sendo mais relevantes do que outros indicadores convencionais, tais como potencial de

mercado, subsídios e níveis educacionais. (SOUSA, 2002, apud MESQUITA e MARTINS, 2008, p. 736)

Haddad (1996) e Diniz (1993), acreditam que um dos motivos da desigualdade regional seja a associação entre crescimento econômico, desenvolvimento regional e investimento em infraestrutura, pois investimento em habitação, saneamento, rodovias, entre outros setores, ao mesmo tempo que contribuem para o desenvolvimento e crescimento econômico do país, gera grande desigualdade na economia regional, por concentrar os recursos econômicos e renda em um determinado local. HADDAD (1996) E DINIZ (1993), apud DOMINGUES, 2009, p. 5.

Em pesquisa mais recente sobre investimentos públicos em transporte, Bertusi (2012) afirma que se obtém redução nas diferenças regionais. Segundo ele:

[...] Os resultados obtidos pelas estimações de efeito fixo mostraram que o investimento público no setor de transportes provoca efeito positivo e estatisticamente significativo sobre o desempenho econômico dos estados brasileiros e contribui potencialmente para a redução da desigualdade de renda entre eles. Ainda de acordo com as evidências empíricas encontradas, os gastos públicos em infraestrutura de transporte são mais produtivos nas regiões menos desenvolvidas do país (regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste), comparando-se com as regiões mais desenvolvidas (Sul e Sudeste). Isso significa que a mesma quantidade de gasto público tem impacto diferente dependendo de que região do país ele é aplicado. (BERTUSI; JUNIOR, 2012: 130).

Ferreira (1996) em pesquisa sobre a situação do Brasil, fez uma análise entre PIB real e medidas alternativas de infraestrutura e constatou que a diminuição do gasto em infraestrutura teve impacto sucessivo sobre a redução da produção. Afirma também que o gasto em infraestrutura também impacta de forma positiva o crescimento (FERREIRA, 1996, p. 231-252).

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica, exploratória, descritiva e explicativa. Sendo assim, denota um estudo de caso simples, e segundo YIN, 2005 apud VILLAR:

“O método de estudo de caso deve ser escolhido para pesquisas nas quais o pesquisador tenha pouco ou nenhum controle sobre o evento ou processo pesquisado, não podendo, assim, manipulá-lo, também, quando se tratar de um fenômeno contemporâneo e que tenha sido pouco pesquisado anteriormente” (YIN, 2005 apud VILLAR, 2007, p. 47).

Para o início do estudo foi executada a pesquisa bibliográfica, para melhor conhecimento e entendimento do assunto a ser explorado. Esta pesquisa é de grande relevância no início de um trabalho científico, com ela se identifica se alguém já publicou as respostas às questões propostas, bem como, se há pesquisas equivalentes no local de estudo e escolher o melhor método para sua execução. Esta se deu por meio de fontes secundárias, como livros, documentos monográficos, sites confiáveis, artigos nas áreas de educação, infraestrutura e desenvolvimento municipal, relatórios de pesquisa, etc.

Segundo Lakatos e Marconi, (2010) destacaram a importância da revisão bibliográfica como sendo fundamental para a identificação do problema em um projeto de pesquisa e para obtenção de uma ideia precisa sobre o atual estado dos conhecimentos sobre a importância e contribuição da investigação para o conhecimento dos interessados.

A pesquisa bibliográfica trouxe informações, desde aquelas pertinentes ao município até as particularidades que foram estudadas, como educação, infraestrutura e desenvolvimento.

A pesquisa exploratória foi utilizada a fim de coletar informações intrínsecas sobre um tema bastante conhecido que é o desenvolvimento, porém no decorrer da pesquisa, foi analisado se houve desenvolvimento no município de Guaraí-TO, e qual foi o percentual de tal desenvolvimento, no período de 2007 a 2017.

Segundo Gil (1999) p.43 “As pesquisas exploratórias têm como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a

formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Para o autor, estes tipos de pesquisas são menos complexas, pois tem como objetivo trazer uma visão geral de forma simplificada sobre o assunto a ser estudado.

Ao consultar o Plano Plurianual (PPA) do município de Guaraí-TO, foram observadas as diretrizes, os objetivos e metas da gestão no que tange à educação e infraestrutura, em seguida, foi observada a Lei Orçamentária Anual (LOA), que, se realizada corretamente, estará em harmonia com o PPA. Ela prevê a receita e fixa as despesas, após observados os documentos do município, foi extraído do site SICONFI - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, quanto foi gasto em educação e em infraestrutura, nos anos de 2007 a 2017. Depois de coletados estes valores, foram expostos em quadros e gráficos para a melhor descrição dos mesmos.

Foi então executada, a pesquisa descritiva, onde foram especificados todos os dados obtidos através da pesquisa exploratória. Segundo Gil (1999), as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas aparece na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

A pesquisa descritiva elencou o ambiente e informações de estudo, ou seja, fez um mapeamento da “situação” em questão para a melhor análise dos dados. (TRIVIÑOS, 1987) afirma que a pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade. Desta forma, os dados pertinentes à pesquisa, foram analisados e interpretados, identificando a destinação dos gastos públicos, ao mesmo tempo que observa o desenvolvimento do município.

Por fim, foi executada a pesquisa explicativa, esta, além da coleta e análise de dados, pôde relacionar teoria e prática nesse processo, fazendo uma análise comparativa dos dados quantificáveis com teorias que referenciam o desenvolvimento, o que tornou-se possível identificar o impacto dos gastos públicos em educação e infraestrutura no desenvolvimento municipal. O nível de desenvolvimento, segundo o IFDM, é classificado perante notas que puderam ser

observadas e analisadas estabelecendo uma relação gasto X desenvolvimento, onde foi possível identificar o impacto dos gastos públicos em educação e infraestrutura no desenvolvimento do município.

Segundo Gil (2007, p. 43) A pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, já que é necessário que a identificação de fatores que determinam um fenômeno, esteja suficientemente descrito e detalhado.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Após o levantamento dos dados, foram elaborados quadros para comparar/analisar a evolução de cada um dos itens da pesquisa (gasto público com educação e infraestrutura/urbanismo com o IFDM dos respectivos anos 2007 a 2016). Segue abaixo o quadro com as despesas liquidadas/pagas ano a ano com educação e infraestrutura:

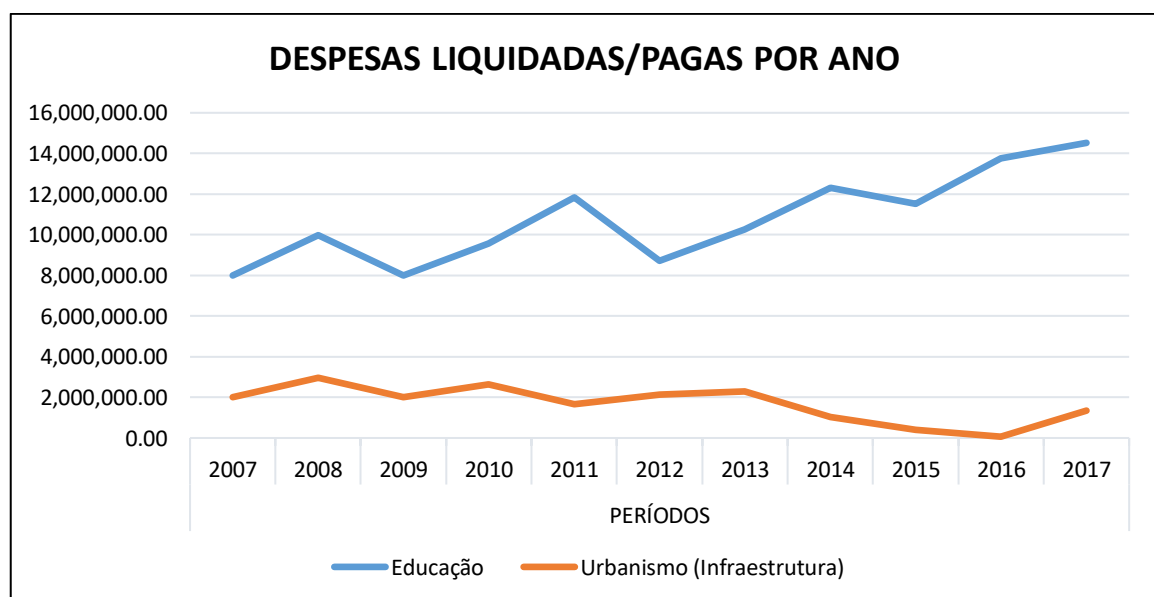
Quadro 1. Despesas liquidadas/pagas por ano com educação e urbanismo no município de Guaraí-TO, nos anos de 2007 a 2017.

PERÍODOS	DESPESAS LIQUIDADAS/PAGAS POR ANO	
	Educação	Urbanismo (Infraestrutura)
2007	7.995.171,00	1.993.823,00
2008	9.983.178,01	2.960.759,78
2009	7.995.171,00	1.993.823,00
2010	9.557.559,23	2.631.388,39
2011	11.824.653,44	1.666.394,71
2012	8.727.403,23	2.136.335,38
2013	10.259.679,55	2.278.096,86
2014	12.309.504,76	1.030.756,26
2015	11.531.566,49	406.739,76
2016	13.755.474,67	62.689,10
2017	14.520.103,61	1.331.380,64

Fonte: Elaboração própria. Dados: FIRJAN

No gráfico abaixo, é possível visualizar melhor a oscilação dos gastos:

Gráfico 1 - Despesas liquidadas/pagas por ano no município de Guaraí-TO



Fonte: Elaboração própria. Dados: SICONFI.

Para que os dados anteriores sejam analisados, foi necessário obter a evolução do IFDM em educação e urbanismo/infraestrutura, disponibilizados anualmente no site do sistema FIRJAN.

4.1 Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM.

O IFDM (2014) é um estudo do sistema FIRJAN que acompanha, anualmente, o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros, o qual abrange indicadores de Educação, Saúde e Emprego/ Renda. As notas variam de 0,0 a 1,0 ponto, com o nível de cada localidade classificado em quatro categorias: Baixo desenvolvimento (de 0,0 a 0,4); Desenvolvimento regular (0,4 a 0,6); Desenvolvimento moderado (de 0,6 a 0,8) e Alto desenvolvimento (de 0,8 a 1,0).

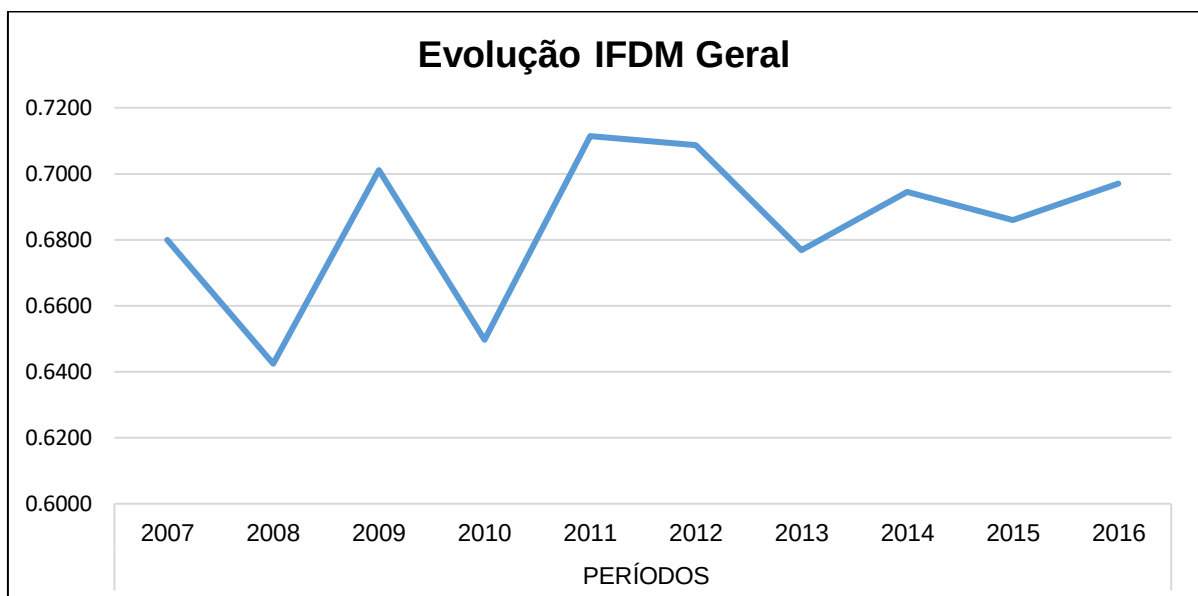
Segue, abaixo, o quadro com as notas do IFDM geral do município de Guaraí:

Quadro 2: Nota IFDM Geral – Anos 2007 a 2016

	EVOLUÇÃO IFDM GERAL									
	PERÍODOS									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
NOTA	0,6799	0,6424	0,7011	0,6498	0,7114	0,7087	0,6768	0,6944	0,6859	0,6971

Fonte: Elaboração própria. Dados: FIRJAN

Gráfico 2 - IFDM Geral do município de Guaraí-TO



Fonte: Elaboração própria. Dados: FIRJAN

Ao observar os gastos públicos no município de Guaraí-TO nos anos de 2007 a 2017 (Quadro 1), percebe-se que houve constante oscilação dos mesmos, mas ao observar o gráfico 1, pode-se visualizar que, apesar da oscilação, os gastos tendem a aumentar; Comparando-os com o IFDM geral, percebe-se que há relação entre os gastos e os indicadores de desenvolvimento do município estudado, visto que em 2008 o gasto público foi maior que em 2007, o que refletiu nos indicadores de desenvolvimento em 2009, onde a nota foi maior que nos anos anteriores. Em 2010 os gastos aumentaram, refletindo no IFDM geral de 2011, onde a nota atribuída passou a ser 0,7114 (Quadro 2). No ano de 2012, o gasto público diminuiu (Quadro 1), o que levou à redução dos indicadores de desenvolvimento em 2013 (Quadro 2). Nos demais anos, os gastos em infraestrutura reduziram significativamente, enquanto os gastos em educação aumentaram, o que fez com que os indicadores permanecessem estáveis.

Quadro 3: Nota IFDM Educação – Anos 2007 a 2016

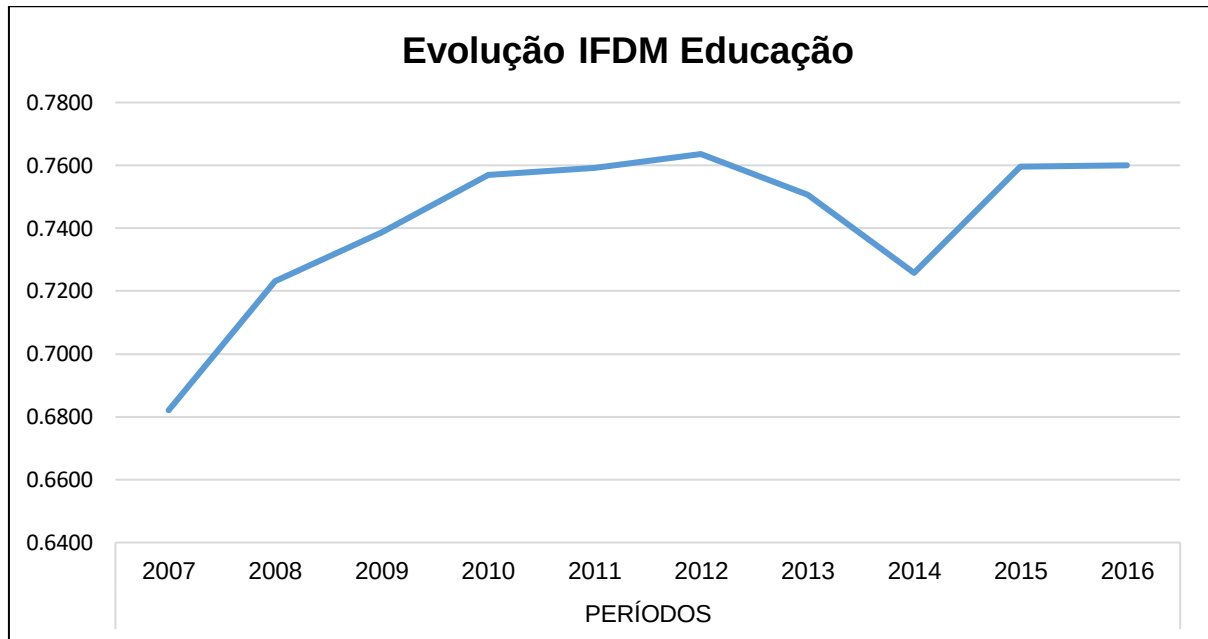
	EVOLUÇÃO IFDM EDUCAÇÃO									
	PERÍODOS									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
NOTA	0,6821	0,7232	0,7387	0,7569	0,7592	0,7636	0,7507	0,7257	0,7596	0,7599

Fonte: Elaboração própria. Dados: FIRJAN

Comparando-se os gastos com educação (Quadro 1) com os indicadores de desenvolvimento da educação no município de Guaraí (quadro 3), observa-se que os gastos oscilaram, porém houve aumento dos mesmos. Quando é executado um gasto no setor público, os resultados podem ser notados à longo prazo, logo, o gasto executado no ano de 2007 tem reflexo em 2008, e assim sucessivamente. No ano de 2007, o gasto público com educação foi de R\$ 7.995.171,00 enquanto que em 2008, o gasto com educação foi R\$ 9.983.178,01 (Quadro 1), deste modo, os índices de desenvolvimento de educação tiveram nota de 0,6821 e 0,7232 (Quadro 3), respectivamente. O gasto com educação em 2008 foi maior que no ano de 2009, mas o índice de desenvolvimento aumentou no último ano, em consequência do gasto executado em 2008. Em 2010 e 2011 os gastos aumentaram, o que foi notável ao observar o índice de desenvolvimento da educação em 2012 (Quadro 3). Já nos anos de 2013 2014 os índices de desenvolvimento Firjan tiveram queda, devido aos menores gastos nos anos de 2012 e 2013 (Quadro 1). Nos anos de 2015, 2016 e 2017, houve crescimento nos gastos com educação, levando à maiores índices

Firjan de desenvolvimento, alcançando a nota de 0,7599 em 2016 (Quadro 3) e possivelmente, notas maiores nos anos seguintes, devido ao aumento nos gastos contidos no quadro 1.

Gráfico 3 - IFDM Educação do município de Guaraí-TO



Fonte: Elaboração própria. Dados: FIRJAN

Quadro 4: Nota IFDM Emprego e Renda – Anos 2007 a 2016

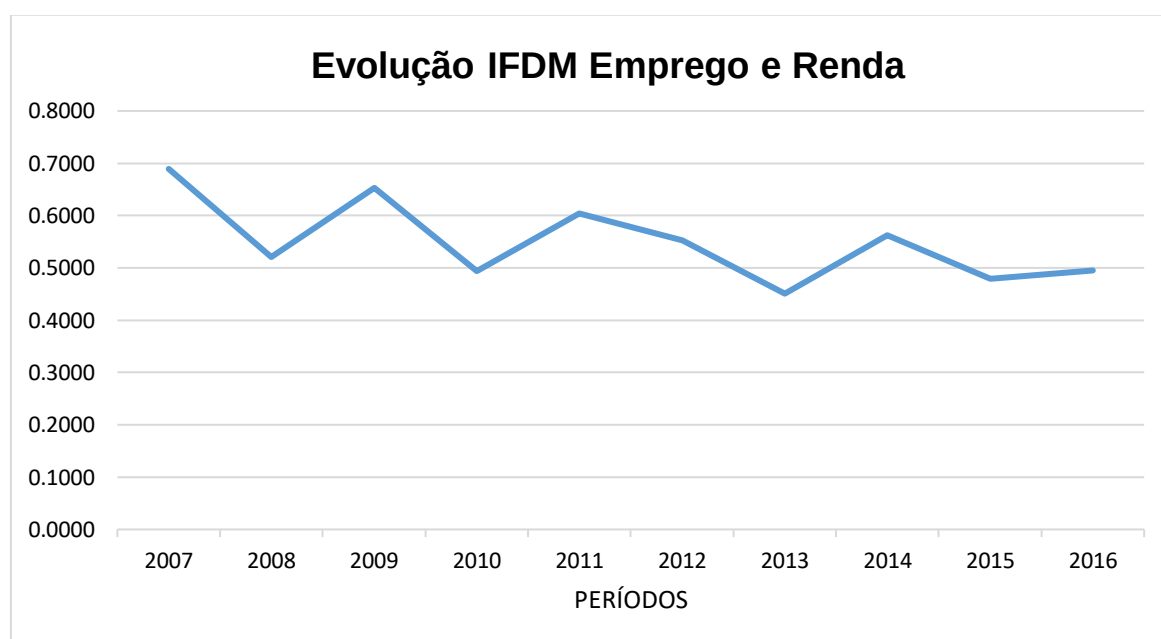
	EVOLUÇÃO IFDM EMPREGO E RENDA									
	PERÍODOS									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
NOTA	0,6893	0,5212	0,6534	0,4941	0,6037	0,5521	0,4508	0,5630	0,4788	0,4949

Fonte: Elaboração própria. Dados: FIRJAN

Emprego e renda é um dos indicadores da Firjan, para avaliação do impacto da infraestrutura, observando o quadro 1, é possível verificar que em 2007 o gasto foi inferior ao gasto executado em 2008, enquanto que o índice de desenvolvimento foi maior em 2008, o que caracteriza um “mal gasto” público. Prosseguindo a análise, observa-se que com a elevação do gasto em infraestrutura no ano de 2008, houve aumento no índice de desenvolvimento Firjan de Emprego e Renda no ano de 2009, porém nesse ano o gasto, outra vez, foi reduzido e, consequentemente, o índice de desenvolvimento do ano seguinte, denota influente queda (quadro 4), caindo de 0,6534 no ano de 2009, para 0,4941 em 2010. O gasto

com infraestrutura aumentou em 2010 (Quadro 1) o que resultou em grande elevação do índice Firjan Emprego e Renda no ano de 2011. Este, obteve menor gasto, e como consequência, índices menores de desenvolvimento. Em 2012 o gasto público aumentou (Quadro 1), porém, no ano de 2013, a nota do IFDM foi inferior ao ano anterior, deixando nítido o mal uso do dinheiro público. Nos anos seguintes: 2013, 2014, 2015 e 2016, os gastos permaneceram oscilando concomitantemente com o IFDM.

Gráfico 4 - IFDM Emprego e Renda de Guaraí-TO



Fonte: Elaboração própria. Dados: FIRJAN

Após analisar e comparar os dados anteriores, foi possível encontrar uma relação direta entre os gastos públicos e o desenvolvimento municipal, uma vez que nos anos que o gasto foi mais elevado, os indicadores de desenvolvimento também tiveram acréscimo. Tal relato, leva à necessidade de um gestor que saiba fazer bom uso dos recursos públicos.

Alguns anos tiveram uma queda acentuada nos gastos, logo depois do ano de 2015, período em que o país enfrentava forte recessão econômica. Nesse período os gastos com urbanismo reduziram bastante, gerando impacto negativo no desenvolvimento do município. Da mesma maneira, aconteceu com a educação, porém não tão forte como no urbanismo.

Sendo assim, segundo os indicadores FIRJAN, o município de Guaraí esteve, nos últimos dez anos, com IFDM consolidado de desenvolvimento moderado. Apresentando também, índice de desenvolvimento moderado na educação, já em emprego e renda (infraestrutura), apresenta, nos anos de 2007 a 2010, índice de desenvolvimento regular e nos anos de 2011 a 2016, índice de desenvolvimento moderado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os recursos públicos não são infinitos, portanto, devem ser administrados com sensatez, a fim de garantir qualidade de vida à população. A má gestão dos gastos públicos traz sérios prejuízos para o município, acarretando em desigualdade social, desemprego e outros fatores que vão contra o desenvolvimento. No município de Guaraí-TO foi possível observar a má influência do gasto executado de forma errônea, no baixo índice de desenvolvimento do município.

A educação é vista como a solução para muitos problemas socioeconômicos e culturais. Porém, para que os recursos públicos sejam bem administrados, é necessário analisar o contexto social, capacitando os gestores quanto ao uso dos bens públicos, destacando a importância de adotar práticas sustentáveis para economia de gastos fixos (água, luz, telefone), bem como, fazer com que a sociedade entenda a relevância da educação, despertando o interesse de se qualificar cada vez mais.

É importante discernir também a infraestrutura como grande “gargalo” para o desenvolvimento, já que, assim como a educação, ela também gera melhoria socioeconômica, uma vez que aumenta o número de investidores e consequentemente, gera empregos. Como foi observado nessa pesquisa, o IFDM caiu significativamente quando os gastos baixaram.

Com esse estudo de caso, foi comprovada a influência dos no desenvolvimento municipal, entretanto alguns lugares evidenciam o “mal uso” do dinheiro público, abrindo possibilidade para uma pesquisa futura, onde possa ser analisado o PPA de forma minuciosa, destacando onde foi executado cada gasto. Sendo necessário, até mesmo, uma auditoria pública para comprovar se foi realizado aquilo que foi proposto no PPA.

6 REFERÊNCIAS

AMORIM, A. N. **Diferenças entre Crescimento Econômico e Desenvolvimento.** In: **Economia e Realidade.** Recife, 2007. Disponível em: <<http://www.economiaerealidade.com/2007/05/diferenas-entre-crescimento-econmico-e.html>> Acesso em: 21 Dez. 2017.

BERTUSI, G. L; JUNIOR, R E. Infraestrutura de transporte e crescimento econômico no Brasil. **Journal of Transport Literature**, v. 6, n.4, p. 101-132, 2012.

BRASIL. LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.** Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 de março de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em: 08 de Fev. de 2018.

_____. LEI Nº 9.424, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996. **Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências,** Brasília, DF, dez 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9424.htm>. Acesso em: 15 fev. 2018.

DE CONTO, A. A.; GALANTE, C. e OENNING, V. **Mensuração Da Eficácia Na Gestão De Recursos Públicos.** 2008. Disponível em: <<http://www.ccontabeis.com.br/18cbc/335.pdf>>. Acesso em: 08 de Fev. de 2018.

COSTA, I. S. **Eficiência Técnica Municipal na Alocação dos Gastos Públicos no Estado do Paraná.** Rio de Janeiro 2011. Disponível em: <www.anpad.org.br/admin/pdf/APB3112.pdf>. Acesso em: 02 de jan. de 2018.

COSTA, I. S.; SILVEIRA, S. de F. R. e RODRIGUES, R. L. **Relação das finanças públicas e dos aspectos socioeconômicos com o desenvolvimento dos municípios do Estado do Paraná.** Brasil. Viçosa, MG. 2011. Disponível em:

<alexandria.cpd.ufv.br:8000/teses/administração/2011/241854f.pdf>.
Acesso em 12 de Fev. de 2018.

DENARD, R. A.; HENDERIKX, E. M. G. J.; CASTILHOS, D. S. B. e
BIANCHINI, V. 2000

Fatores Que Afetam O Desenvolvimento Local Em Pequenos Municípios Do Estado Do Paraná. Curitiba, 2000. Disponível em:

<http://gp.usp.br/files/desen_fatores.pdf> Acesso em: 09 de Jan. de 2018.

DOMINGUES, E. P.; MAGALHÃES, A. S.; & FARIA, W. R. **Impacto dos investimentos do PAC em Minas Gerais: Efeitos sobre crescimento e desigualdade.** Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte 2009. Disponível em: <<https://econpapers.repec.org/RePEc:cdp:texdis:td339>>.
Acesso em: 15 de fev. 2018.

FERREIRA, P. C. Investimento em infra-estrutura no Brasil: fatos estilizados e relações de longo prazo. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 231-252, ago. 1996.

FIRJAN. **Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM).**

Disponível em: < www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em: 28 de agosto de 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999, p. 43.

GIMENO S., J. 2001. **A educação obrigatória.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed.

GONÇALVES, M. B. C.; RAPOSO, I. P. A. **Educação, Características da Família e valores: reflexões para a construção de modelos de avaliação do desempenho educacional.** 2009. (Apresentação de trabalho /Seminário).

IBGE. **Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Censo Demográfico**, 2010. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/guarai/panorama>>. Acesso em: 05 de Fev. de 2018.

LAKATOS, M. E; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**: 7 Ed. São Paulo. Atlas, 2010.

MARTINS, H. F. **Gestão de recursos públicos: orientação para resultados e accountability**. 2005. Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado 3. Disponível em:
<http://igepp.com.br/uploads/arquivos/apu_83.pdf>. Acesso em: 16 Fev de 2018.

MESQUITA, A. M., & MARTINS, R. S. **Desafios logísticos às redes de negócios no Brasil: o que podem as parcerias público-privadas (PPPs)?**.

Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro. jul/ago. 2008.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas: A política orçamentária no Brasil**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo brasileiro**. Cit., 21 ed. atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Dêlcio Balestero e José Emmanuel Burle Filho. Malheiros, 1996.

MORAES, A de. **Reforma Administrativa: Emenda Constitucional nº 19/98**. São Paulo: Atlas, 1999, p. 65.

_____. **Direito constitucional**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PADULA, Raphael. **Integração Regional de Infra-Estrutura e Comércio na América do Sul nos Anos 2000: uma Análise Político-Estratégica**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, COPPE-UFRJ, set. 2010, p. 139. Disponível em:

<objdig.ufrj.br/60/teses/coppe_d/RaphaelPadula.pdf>. Acesso em: 06 Ago. de 2018.

PEREIRA, F. R. G. **Gestão pública municipal na área educacional, em Redenção (CE), nos anos de 2009 a 2012**. Brasil. Redenção, CE. 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/123456789/449>>. Acesso em: 03 de Abril de 2018.

RIBEIRO, J. C. J. **Indicadores ambientais: avaliando a política de meio ambiente no Estado de Minas Gerais**. SEMAD, Belo Horizonte, 2006.

SACHS, Igancy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, 1.152 p.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 409 p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

VILLAR, C. B. P. **Alinhamento do Planejamento Orçamentário ao Planejamento Estratégico: estudo de caso da Embratel**. Dissertação de mestrado em Administração de Empresas. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 47. 2007. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10148/10148_1.PDF>. Acesso em: 20 jun. de 2018.